



Processo TC 4161/22
Objeto: Prestação de Contas Anuais
Relator: Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
Interessada: Sr. Eliselma Silva de Oliveira – PREFEITA

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA - **MUNICÍPIO DE MARCAÇÃO** – EXERCÍCIO DE 2021 – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS. **PREFEITA** – ORDENADOR DE DESPESAS – CONTAS DE GESTÃO – APRECIAÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE JULGAMENTO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/93. Julgamento regular das contas de gestão do PREFEITA Municipal de MARCAÇÃO, na qualidade de ordenador de despesas. Declaração do Atendimento parcial às exigências da LRF. Recomendações.

ACÓRDÃO APL TC 389/2023

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo de PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DA ORDENADOR DE DESPESAS DO MUNICÍPIO DE MARCAÇÃO/PB, Sra. **Eliselma Silva de Oliveira**, na qualidade de **PREFEITA**, exercício de 2021, Acordam os Conselheiros integrantes do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão plenária realizada nesta data, por unanimidade, acolhendo o voto do Relator, após a emissão de Parecer favorável à aprovação das contas, em:

1. JULGAR REGULARES COM RESSALVAS das contas de **Gestão** da Chefe do Poder Executivo do Município de MARCAÇÃO, Sra. **Eliselma Silva de Oliveira**, na condição de ordenadora de despesas, relativas ao exercício de 2021;

2. DECLARAR que a mesma gestora, no exercício de 2021, **atendeu parcialmente** às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal,

3. RECOMENDAR à atual gestão do Município de Marcação para que sejam tomadas medidas efetivas a fim de:



3.1 **Observar** de forma estrita a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) no tocante ao equilíbrio das contas públicas e gastos com pessoal;

3.2 **Observar** com rigor a legislação tocante ao FUNDEB de modo a não mais incorrer na falha apontada pela unidade de instrução tocante à escrituração da RECEITA de complementação da UNIÃO do Valor Anual por Aluno (VAAF);

3.3 **Adotar o critério da razoabilidade nas contratações por excecional interesse público**, uma vez que ditas contratações embora tenham previsão na Constituição Federal, devem ter caráter provisório e não permanente como são as contratações pela via do concurso público.

4. COMUNICAR ao gestor de que na hipótese da constatação da persistência das contratações temporárias em descompasso com os ditames constitucionais e legais aplicáveis à espécie¹, este fato repercutirá negativamente nas prestações de contas futuras e atrairá ao gestor responsabilização por atos lesivos ao erário público;

5 RECOMENDAR o envio de Representação à Receita Federal do Brasil para as providências que entender pertinentes, inclusive para aferir com exatidão as importâncias devidas e eventuais encontradas, em face do suposto descumprimento ao estabelecido na Lei 8.212/91, acerca do recolhimento a menor de contribuição previdenciária do empregador ao RGPS.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TCE/PB – Plenário Ministro João Agripino. Sessão Ordinária Presencial e Remota.

João Pessoa, 30 de agosto de 2023.

mnba

¹ LRF e LC 178/21

Assinado 11 de Setembro de 2023 às 12:29



Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 11 de Setembro de 2023 às 12:17



Cons. Fernando Rodrigues Catão
RELATOR

Assinado 13 de Setembro de 2023 às 09:09



Bradson Tiberio Luna Camelo
PROCURADOR(A) GERAL